

43º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

**SPG07 - DESAFIOS DE UM ENSINO SUPERIOR INCLUSIVO:
ETNOGRAFIAS E OUTRAS
PERSPECTIVAS EMPÍRICAS SOBRE A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA DE
DEMOCRATIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES**

**O DIREITO AO ENSINO UNIVERSITÁRIO NO RIO DE JANEIRO: POLÍTICAS
DE ACESSO PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS SENSORIAIS**

Margareth de Oliveira Olegario Teixeira

O DIREITO AO ENSINO UNIVERSITÁRIO NO RIO DE JANEIRO: POLÍTICAS DE ACESSO PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS SENSORIAIS

RESUMO

Este artigo, proveniente da disciplina Questões Atuais em Educação, que faz parte do curso de doutorado em educação PUC (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro), pretende discutir as ações e políticas públicas implementadas pelas universidades brasileiras, que almejam promover a inclusão de estudantes com deficiência.

Sasaki (1997, p.41) diz que incluir é: Um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. (...) Incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas. É oferecer o desenvolvimento da autonomia, por meio da colaboração.

Neste sentido, realizamos uma pesquisa bibliográfica concernente aos artigos que tratam desta temática, bem como usamos a metodologia de análise documental de leis, no que concernem às políticas públicas brasileiras direcionadas às pessoas com deficiência. Também, entrevistamos membros da equipe do NAIPD (PUC-Rio) e do programa rompendo barreiras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Contudo, enfatizamos as experiências vivenciadas pela autora no Programa Rompendo Barreiras da UERJ), sobretudo, as informações no que se refere ao programa de inclusão da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), desde 2007. No entanto, conforme as pesquisas aludidas neste trabalho, vemos que a inclusão das pessoas com deficiência, ainda têm muito o que percorrer.

Palavras-chave: inclusão; universidade; pessoas com deficiência.

INTRODUÇÃO

Este trabalho, teve como ponto de partida, as reflexões trazidas nas discussões realizadas na disciplina de Questões Atuais da Educação, no curso de doutorado em educação, ministrada no Programa de Pós-Graduação em Educação) da PUC-Rio, no primeiro semestre letivo de 2019. Portanto, o presente artigo, pretende discutir os entraves no tocante ao acesso e permanência das pessoas com deficiência nas universidades, bem como as políticas públicas e leis que tem fomentado a) permanência deste público no ensino superior.

Neste sentido, nos pautaremos nas leis vigentes no Brasil, tais como a: Constituição Brasileira de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/96), Lei 13146 (Lei Brasileira de Inclusão), Portaria nº 20, de 21 de dezembro de 2017 do Ministério da Educação, dentre outras.

No entanto, não deixaremos de trazer estudiosos contemporâneos que se dedicam) a esta temática de maneira reflexiva e crítica, a fim de nos debruçarmos em análises bibliográficas. Almeida e Ernica (2015), embora não tratem da inclusão de pessoas com deficiência, falam acerca da inclusão e desdobramentos sociais da) ampliação de acesso às universidades por intermédio das políticas de cotas a partir da década de 2000, nas universidades de São Paulo. Assim, vemos convergências com o que abordamos no caso da inclusão das pessoas com deficiência, pois, não raras vezes, também são um público com pouco favorecimento e que vivencia situações sociais semelhantes).

Também, compartilharemos as nossas experiências discentes de práticas pedagógicas e militância, que foram e estão sendo tensionadas na trajetória acadêmica de pessoas com deficiência, bem como da autora deste texto, que é cega de nascença, doutoranda em educação na PUC-Rio, docente no Instituto Benjamin Constant (IBC), instituição que é referência nacional no atendimento de pessoas com deficiência visual há mais de um século. Deste modo, aqui trataremos, especificamente, do acesso de pessoas com deficiências sensoriais às universidades, na cidade do Rio de Janeiro, que desenvolvem trabalhos de inclusão deste público no cenário acadêmico.

A UERJ, desde abril de 1988, desenvolve, através do Programa Rompendo Barreiras, intervenções com universitários e professores, a fim de minorar as

diferenças no) acesso universitário de pessoas com paralisia cerebral, deficiência visual e auditiva.

Já a PUC-Rio, propõe-se a atender também a outras minorias dentro do ambiente acadêmico, como (disléticos), pessoas que possuem transtornos do espectro autista, transtorno de déficit de atenção, dentre outros.

Vê-se que apesar dos avanços consideráveis no acesso às universidades, contudo, o sistema ainda apresenta muitas falhas. Conforme Sasaki (2006), mesmo com o avanço das leis e a construção de ambientes de socialização em espaços específicos, como o mercado de trabalho, a escola e as universidades, ainda há a predominância de barreiras para as pessoas com deficiência, tais como: as atitudinais, pois não há uma compreensão do que é ser uma pessoa com deficiência, bem como suas limitações e possibilidades), a falta de ambiente acessível, a inclusão da pessoa com deficiência em certos espaços que às vezes não levam em conta a sua condição), a má vontade em efetuar acomodações razoáveis as adaptações são feitas no cotidiano ou mesmo nunca são realizadas, pois as adaptações dependem de um conjunto de agentes: verba pública ou privada, professores e até alunos.

Todavia, indubitavelmente, esta inclusão, representa um marco histórico e social na trajetória de vida das pessoas com deficiência e nos cursos universitários em si, ressignificando os saberes e espaços habitados pelos agentes envolvidos neste processo. Tal tarefa, implica em tornar os espaços mais amigáveis no âmbito da acessibilidade arquitetônica, atitudinal, comunicacional e, por vezes, acessibilidade nos ambientes virtuais de aprendizagem.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 "This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"

Então, primeiramente, dialogaremos com os estudiosos no tema e em seguida, traremos um breve panorama das leis brasileiras vigentes neste escopo. Depois, a autora deste artigo trará as suas experiências em quanto pessoa com deficiência visual e suas vivências nas universidades em que teve contato em sua trajetória acadêmica. Ainda neste tópico, falará como surgiu o

programa de atendimento a pessoas com deficiência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Por fim, traremos ideias finais acerca das nossas reflexões, com caminhos possíveis para a promoção da inclusão e permanência de pessoas com deficiência nas universidades brasileiras.

PESQUISAS: ACESSIBILIDADE E PERMANÊNCIA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NAS UNIVERSIDADES

No contexto de inclusão das pessoas com deficiência no âmbito universitário, consideramos relevante discutir e conhecer as pesquisas inerentes ao tema, a partir de universidades brasileiras. Neste sentido, aprenderemos com as práticas daqueles que vivenciam e preconizam a inclusão universitária.

No entanto, as barreiras iniciam-se no momento de exames vestibulares. Ciantelli et al (2015) falam) da falta de acessibilidade para realizar os exames vestibulares, além das poucas adequações estruturais, metodológicas e de comunicação. Este fato é perceptível tanto nos exames vestibulares de universidades públicas quanto privadas. Mesmo havendo o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), em que se dispõe todo um aparato tecnológico e pessoal, ainda tem sido pouco eficaz no tocante à) acessibilidade na realização das provas. Deste modo, não basta o aluno se preparar intelectualmente no tocante aos conteúdos exigidos, pois vemos barreiras arquitetônicas e atitudinais nos momentos de realização dos certames, tais como ausência de elevadores para candidatos com deficiência física e despreparo dos profissionais designados para a adaptação e leitura das provas para os candidatos com deficiência visual.

Castro e Almeida (2014) realizaram uma pesquisa relacionada às iniciativas de 13 universidades brasileiras no que diz respeito ao ingresso e permanência de pessoas com deficiência. As autoras observaram o desenvolvimento de ações, políticas e criação de espaços que favorecem a escolarização deste alunado nos cursos de graduação, como núcleos, acessibilidade física e a construção de manuais acessíveis, entre outros.

Todavia, apesar de perceberem avanços, as autoras salientam a necessidade de assegurar, de fato, a permanência, evitando, assim, a evasão nos cursos. Essa pesquisa aponta, ainda, a falta de mapeamento e acompanhamento da trajetória destes estudantes no ensino superior.

Castro e Almeida (2014, p.191), elegem os três grandes desafios para essas universidades: romper as barreiras ainda existentes, principalmente, as atitudinais; prever e prover as condições de acessibilidade física, comunicacional e pedagógica) e criar alternativas para evitar práticas excludentes por parte dos professores.

O estudo de Battistella (2015) mapeou o público-alvo da educação especial, no biênio de 2014, matriculados nos cursos de graduação da Universidade de São Carlos (UFSCAR).

Esta pesquisa, contou com as parcerias das Pró-Reitorias de Graduação (Prograd), com o núcleo de acessibilidade da universidade e outros agentes. (A coleta dos dados envolveu, primeiramente, o acesso aos dados institucionais sobre a caracterização autodeclarada dos estudantes). Depois, encaminhou-se e-mail aos alunos e a pesquisa seguiu com a aplicação de um questionário aos estudantes) e (os) dados foram organizados em uma planilha contendo os resultados obtidos, chegando-se a uma média de 124 estudantes registrados no sistema, com a confirmação de 27 que atendiam as classificações colocadas. Este trabalho, apresentou análises descritivas e de conteúdo. Estes estudantes, mostraram como demandas: diferenciação na didática, material em escrita ampliada, textos digitalizados, dentre outras.

Os estudos de WELLICHAN e Souza (2017), em que foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, almejou contribuir para a discussão e reflexão da parcela crescente de novos alunos para as instituições de Ensino Superior de forma a auxiliar na busca pela inclusão na prática.

A dissertação de Alencar (2013) analisa a política de inclusão no ensino superior da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com ênfase na inclusão de pessoas com deficiência na instituição, que conta com uma Coordenação de Acessibilidade Educacional, Física e Informacional (CAEFI), que visa promover condições de acesso e permanência às pessoas com deficiência na UFJF. Vale ressaltar, que além disso, o CAEFI presta assessoria aos cursos de graduação e

pós-graduação para que se adequem às exigências legais que regem as condições de acessibilidade destes alunos. A respectiva pesquisa avaliou a acessibilidade física e pedagógica na UFJF, bem como propôs melhorias nas condições de acessibilidade física, pedagógica e atitudinal na referida universidade. De acordo com esta pesquisa, a UFJF, tem recebido educandos com deficiência visual, auditiva, física e alguns transtornos mentais leves. Nesta dissertação, vimos que ainda há lugares dentro da UFJF que não existe acessibilidade arquitetônica. Quanto aos docentes, ainda são despreparados para atender a este público.

A pesquisa de Souza (2016), objetivou entender a maneira pela qual os docentes da UFSM aprendem a docência ao vivenciarem o trabalho com alunos cotistas com deficiência. Utilizou-se a legislação da educação inclusiva, entrevista semi-estruturada com doze professores, que ministram aulas para estudantes com deficiência da Universidade de Santa Maria no Rio Grande do Sul. Neste estudo, infere-se que a aprendizagem da docência universitária, nas intervenções com estudantes que possuem deficiência, ocorre no dia a dia do exercício docente, calcada pelos conhecimentos, saberes e sentimentos advindos de suas vivências de formação. Os professores que atuam com estudantes Cotistas B, na UFSM, enfrentam um conjunto de desafios, barreiras e até problemas cotidianos, não são restritos exclusivamente às necessidades provenientes das deficiências. Tais desafios recaem na tarefa pedagógica e na constituição do ser professor que aprende a docência em novos contextos universitários.

A pesquisa de Branco (2015) analisou como estudantes com deficiência, que são admitidos em cursos de pós-graduação stricto sensu identificam as condições de acessibilidade no espaço universitário. Para tal, os dados foram obtidos (por meio de entrevistas com cinco estudantes com alguma deficiência, que cursavam programas distintos de pós-graduação de uma instituição de ensino superior pública do estado de São Paulo. A pesquisa escolheu) a análise de conteúdo para o tratamento das narrativas obtidas com as entrevistas. Verificou-se, então, que os programas universitários investigados estão procurando tornar o contexto mais acessível, porém ainda estão distantes das recomendações legais. Outro destaque é que os entrevistados revelam que no curso de pós-

graduação – pelas suas particularidades, as suas necessidades específicas foram mais bem atendidas que nos cursos de graduação.

Na região Nordeste do Brasil, podemos citar, dentre outras, a pesquisa de Souza e Melo (2012), em que diz que a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), possui uma política de inclusão desenhada no Plano de Desenvolvimento institucional PDI, da referida instituição, que considera um dos princípios políticos da gestão que embasa-se no respeito à diversidade,

Como valor geral para garantir o direito de identidade – pessoal, de grupos e institucional objetivando a atender às diferenças, sem discriminação, de modo a contemplar as características próprias de cada indivíduo com o intuito de permitir o desenvolvimento pleno de suas potencialidades.

Ainda, tem como um dos objetivos institucionais, induzir ações favoráveis à cultura democrática e ética, ao respeito à diversidade e à pluralidade, buscando uma abordagem institucional multi e interdisciplinar, objetivando ampla participação nas decisões, transparência e lisura dos atos administrativos; eliminação de toda e qualquer forma de discriminação a pessoas, grupos sociais e instâncias institucionais; fortalecendo o diálogo, o exercício da crítica e a convivência com os contrários (UFRN, 2012a, p.36).

LEGISLAÇÃO FOMENTADORA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Constituição Federal de 1988 representou um marco histórico e político, não exclusivamente na vida dos brasileiros, mas contemplou, também, os brasileiros que possuem alguma deficiência. O artigo 5º afirma) que “Todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” grifo nosso). Além disso, a Constituição Federal garantiu a educação como um direito de todos e um dever do Estado e da família (artigo 205), com “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” (artigo 206 inciso I). E o artigo 208 inciso III ainda afirma que o Estado tem o dever de garantir às pessoas portadoras de deficiência “atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino” (CF, 1988).

No ano seguinte, a Lei nº 7.853 assegurou os direitos sociais e individuais das pessoas com deficiências, bem como o acesso destas a serviços como

educação, saúde, trabalho, lazer etc. A lei aludida acima enfatizou o direito dos deficientes à educação, tornando obrigatória a oferta de educação especial em estabelecimentos públicos artigo 2º, inciso I III, e alínea a). Além disso, a referida Lei previu a criação de legislação que garanta a reserva de vagas no mercado de trabalho nos setores público e privado aos portadores de deficiência artigo 2º, inciso III, alínea d). Além disso, a Lei regulamentou, em seu artigo 12, as ações de competência da CORDE (Coordenadoria Nacional para a Pessoa Portadora de Deficiência).

Em 1999, o Ministério da Educação publicou a Portaria nº 1679, que estipulou que os cursos de nível superior deveriam se adequar para receber deficientes físicos através de adaptações, como rampas de acesso, banheiro adaptado, vagas de estacionamento, telefones, lavabos e bebedouros em altura específica para cadeirantes. Além disso, apontou a necessidade de adaptações estruturais para deficientes visuais, como acervo bibliográfico em braile, softwares adaptados e máquina de datilografia braile. Para deficientes auditivos, as exigências foram de intérprete de libras, flexibilidade na correção das provas e informações aos professores sobre as dificuldades que estes alunos podem apresentar.

Em 2003, foi instituída pelo Ministério da Educação a Portaria 3284, que ordena às universidades na esfera pública ou privada, a oferecerem acessibilidade arquitetônica e comunicacional.

Deste modo, esta portaria prevê o cumprimento destes requisitos como aspecto para avaliação, autorização, reconhecimento e renovação dos cursos superiores ofertados no Brasil.

A portaria acima mencionada, exige, ainda, compromisso formal das instituições de ensino superior para manter sala de apoio equipada com máquina de datilografia e impressora em braile acoplada ao computador, sistema de síntese de voz, gravador e fotocopiadora que amplie textos, software de ampliação de tela e outros equipamentos para alunos com deficiência visual.

As tecnologias, de um modo geral, fazem parte do dia a dia das pessoas, na execução de suas mais diversas atividades. De acordo com Bertsch (2008),

Tecnologia Assistiva é um termo ainda novo, utilizado para identificar todo o arsenal de Recursos e Serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar

habilidades funcionais de pessoas com deficiência e conseqüentemente promover Vida Independente e Inclusão.

É também definida como "uma ampla gama de equipamentos, serviços, estratégias e práticas concebidas Para as pessoas com deficiência." Assim, adquirem relevância na medida em que lhes permitem executar suas tarefas cotidianas com autonomia.

Quando adotadas pelos usuários, as tecnologias assistivas podem propiciar o acesso a bens culturais, de lazer, entretenimento, bem como ao conhecimento. A autonomia propiciada pelas tecnologias assistivas às pessoas com deficiência na realização de suas atividades possibilita-lhes trabalhar, estudar, ou seja, usufruir todos os seus demais direitos de cidadãos. Portanto, essas tecnologias assumem relevância na vida deles.

Tais exigências, tem sido facilitadas à medida que os avanços na tecnologia acontecem e temos à disposição, softwares gratuitos como o NVDA (leitór de tela) e o Dosvox, (software criado pela equipe do Núcleo de Computação Eletrônica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ). Tais invenções, ocorreram na década de 90, a fim de contemplar o público de pessoas cegas e com baixa visão.

Já para as pessoas com deficiência auditiva é necessário oferecer intérprete de língua de sinais (Libras), especialmente durante a realização de testes e nas aulas.

A atual Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, 2015), em seu Artigo 2º, diz que considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade.

No entanto, conforme mostra a pesquisa de Alencar (2013), muitos estudantes não se declaram como deficientes, pois não se aceitam enquanto tal e/ou porque enfrentaram tantas barreiras para chegar à universidade, que não compreendem a sua deficiência como um impedimento e se sentem preparados para encarar o desafio do ensino superior, de modo autônomo. Essa situação é evidenciada nos relatos de um dos estudantes com deficiência participantes da pesquisa efetuada por Alencar (2013, p. 99). As pessoas que conseguiram

sucesso, e aí vamos dizer que quem está aqui dentro da instituição são pessoas diferenciadas, que obtiveram sucesso, essas pessoas não querem se colocar deficientes.

Pesquisas bibliográficas e nossas experiências revelam, que no transcorrer de aproximadamente duas décadas, vimos mudanças no sistema educacional brasileiro através da criação de políticas públicas, a fim de atender às demandas sociais e educacionais, que envolvem às pessoas com deficiência.

Na década de 90, foi publicada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 93/94/96), que destina todo o capítulo V para atribuir direitos no âmbito educacional, às pessoas que possuem alguma deficiência. Neste sentido, abarca desde a educação básica ao ensino superior, embora não fale diretamente no capítulo V acerca do atendimento destes educandos neste segmento do ensino, contudo, nos proporciona abertura para o atendimento diferenciado em toda educação, tendo sido reforçada, anteriormente, pelas conferências internacionais como a Declaração de Jomtien (1990) e a Declaração de Salamanca(1994). Ainda, podemos (comentar o) Decreto nº 6.949/09, que assegura o acesso ao sistema educacional em todos os níveis de ensino, tendo como objetivo a participação em ambientes que ampliem o desenvolvimento acadêmico e social.

Podemos salientar, ainda, a importância da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que entrou em vigor em 2008. Então, a partir deste período, outras políticas públicas foram postas no papel, com o objetivo de assegurar continuidade a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nos sistemas de ensino do Brasil. Assim, estas ações, possibilitaram o aumento do número) de alunos com deficiências matriculados na educação básica, conforme verificaram Almeida (2016) e outros, em pesquisas que versam sobre esta temática. Do mesmo modo, no ensino superior, Souza (2016) verificou que no decênio 2003-2013, tanto nas instituições públicas quanto nas privadas, os percentuais de matrículas de estudantes com deficiências apresentaram um crescimento considerável, principalmente no período compreendido entre os anos de 2007 e 2009.

No tocante ao acesso das pessoas com deficiência às universidades particulares, vale salientar a relevância do Programa Universidade para Todos (ProUni), instituído pela Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005 (BRASIL, 2005b), que reserva um percentual de bolsas às pessoas com deficiência em universidades privadas, desde que atendam aos critérios estabelecidos no programa; e o Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir),

Em 2012, foi instituída a Lei 12.711/12, que determina cotas de vagas nas universidades federais e institutos técnicos federais, de modo a contemplar pretos, pardos e indígenas, além de um percentual para pessoas com deficiência. Consideramos esse marco) legal, um grande avanço para a aquisição de educação de nível superior por este público).

NAIPD PUC-RIO E PROGRAMA ROMPENDO BARREIRAS UERJ: EU FAÇO PARTE DESTA HISTÓRIA

Exponho aqui parte da minha trajetória acadêmica, a fim de corroborar com Duarte et al. (2013), no que tange à realização de estudos que visam ampliar as informações sobre a inclusão de pessoas com deficiência no meio educacional, bem como entender o processo de dificuldades, luta e superação desses estudantes até chegar ao ensino superior, em que tem sido importante para auxiliar os profissionais que estão envolvidos na luta pelo direito das pessoas com deficiência. Neste sentido, acredita-se que pesquisadores com deficiência debruçados nesta temática possam motivar estudos e melhorias na qualidade dos meios e recursos educacionais para este público.

Sou cega de nascença e iniciei a minha vida escolar, na pré-escola de um colégio estadual, em São João de Meriti, no Rio de Janeiro. Porém, fiquei nesta instituição somente por 2 anos e os meus pais me matricularam no Instituto Benjamin Constant (IBC). Lá, cursei todo o ensino fundamental e, depois, estudar em uma escola regular, também, no Rio de Janeiro, onde) cursei o ensino médio para a formação de professores do primeiro segmento do ensino fundamental.

No entanto, prestei vestibular somente 6 anos depois à conclusão do ensino médio. Dada as dificuldades financeiras, sobretudo de acessibilidade nos cursos pré-vestibulares existentes, em 1998), iniciei os estudos para o exame

vestibular, no Programa Rompendo Barreiras na UERJ. Para este fim, eu levava materiais, que eram lidos presencialmente.

Ao ingressar no curso de pedagogia, no segundo semestre de 1999, fui auxiliada pela equipe de ledores?) do Programa Rompendo Barreiras, sobretudo pela coordenadora e idealizadora do programa, Maria da Gloria Schaper dos Santos, que por vezes fez leituras para mim e foi a orientadora da minha monografia.

Em 2003, iniciei o curso de pós-graduação lato sensu na PUC-Rio, em Psicopedagogia. No entanto, a PUC-Rio, ainda não possuía um programa universitário voltado para a inclusão. Sendo assim, prossegui utilizando os serviços do programa Rompendo Barreiras, sendo atendida na época do mestrado em educação, sobretudo, na época de preparação para concursos públicos.

Permaneci sendo atendida pelo referido programa da UERJ, quando cursei o mestrado em educação na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), porque os programas formais desta instituição começaram a serem implementados em 2017.

O Programa Rompendo Barreiras: luta pela inclusão, foi criado em 05/04/1988. Em abril de 2019, completou 31 anos de práticas acadêmicas inclusivas. Este programa, foi idealizado pela saudosa professora Maria da Gloria Schaper dos Santos. Uma característica particular deste programa, é a participação ativa das pessoas com deficiência, pois a equipe tem o entendimento de que o) sucesso nas ações deste programa, (depende de que as pessoas interessadas na prestação do serviço, sejam consultadas previamente). Em 2004, iniciou o curso de sistema braile tem carga-horária de 60 horas. Em geral, o curso é ofertado por pessoas cegas, que são professores voluntários. Ainda em 2004, a idealizadora do programa Rompendo Barreiras afastou-se da coordenação por motivo de doença. Então, a professora Aída Regina Monteiro de Assunção, no mesmo ano, convidou a pedagoga Valéria de Oliveira para assumir a coordenação pedagógica do programa. Em 2014, aconteceu o quinto encontro do programa Rompendo Barreiras, que tratou-se da acessibilidade, inclusão, permanência e formação de pessoas com deficiência no ensino superior. Em 2018, a equipe do referido programa realizou a comemoração intitulada:

rompendo barreiras, 30 anos, cujo o tema foi inclusão, acessibilidade, inovações pedagógicas, ética, políticas públicas, interculturalidade e formação humana.

No programa, oferta-se apoio acadêmico a alunos da UERJ com deficiência e em outras instituições graduandos e pós-graduandos ex-usuários do programa, usuários externos da educação básica à pós-graduação, desde que tenham no mínimo 14 anos de idade.

A professora Mariana Gonçalves, em 2013, através do Programa Rompendo Barreiras, ofereceu um curso) de português para crianças e adolescentes surdos, como língua instrumental.

O programa Rompendo Barreiras possui estagiários das mais diversas áreas do conhecimento, devido às necessidades de adaptações de materiais para o público-alvo.

No tocante aos usuários, disponibiliza-se atendimento sem discriminação para pessoas que enfrentem alguma limitação físico-motora, sensorial (cegueira, surdez, baixa visão, surdocegueira), ou intelectual, que necessitem de acesso a tecnologias assistivas. O programa Rompendo Barreiras tem extrapolado os muros da UERJ, dando apoio aos seus usuários, inclusive, fora do espaço físico da UERJ. Oferece formação acadêmica e também prepara profissionais) capazes de desenvolver atividades inclusivas dentro e fora de espaços educacionais.

Já o Núcleo de Apoio e Inclusão da Pessoa com Deficiência (NAIPD), da PUC-Rio, conforme conversa com a Supervisora: Prof.^a Renata Mattos Eyer de Araujo, do NAIPD, objetiva não apenas permitir o acesso de alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais, mas, principalmente, assegurar condições de permanência desses alunos na Universidade. Para tanto, o Núcleo interage com os professores e os funcionários dos Departamentos para oferecer aos alunos o suporte necessário para o aprendizado, por meio do acesso à informação, metodologias de ensino, sistemas de avaliação, recursos pedagógicos e práticas inclusivas.

As atividades do Núcleo estão baseadas no modelo previsto na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU), ratificada pelo Brasil e promulgada pelo Decreto 6.949/2009, "reconhecendo que a deficiência é um conceito em evolução e que a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente

que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas”.

As ações do Núcleo tem permitido à PUC-Rio identificar esses alunos e reunir informações que possam gerar soluções coletivas e oportunidades mais igualitárias não apenas para os alunos, mas para a comunidade acadêmica como um todo.

As informações sobre os alunos são atualizadas todo semestre a partir de autodeclaração do aluno no processo de matrícula, bem como da solicitação de atendimento especial no vestibular e, depois, com a aproximação da equipe do núcleo que confirma as informações e verifica que tipo de suporte o aluno necessita. Não temos quantificado aqui, os estudantes atendidos pelo núcleo, que entram e saem da universidade, que possui diversos departamentos e coordenações.

Os alunos com deficiência auditiva podem requisitar Tradutores e Intérpretes de Libras (língua Brasileira de Sinais) / Língua Portuguesa nos exames seletivos e nas atividades curriculares regulares. Para os alunos cegos é feita a digitalização de todo o material impresso para que o aluno possa ter acesso aos textos pelo computador. Recentemente, a biblioteca da universidade adquiriu um scanner que possui sintetizador de voz e lê o texto scaneado audivelmente para os deficientes visuais. Alunos com baixa-visão podem contar com o recurso do texto ampliado para as provas. Para alunos com impedimentos motores, permanentes ou temporários, de escrita manual, é oferecido o recurso da prova digital, com uso do computador ou, se necessário, é realizada prova oral, havendo ainda a possibilidade de contar com um leitor e ou transcritor. Alunos com déficit de atenção, dislexia, disortografia, discalculia, entre outros transtornos específicos, podem utilizar o tempo estendido para realização das provas.

O NAIPD foi criado no final de 2007 para receber, inicialmente, aos alunos com deficiência apenas, mas com a sistematização das informações, demanda dos alunos e a verificação dos dados foi possível observar a ocorrência frequente de alunos com Dislexia e Transtorno do Déficit de Atenção (TDAH). Hoje procuramos atender todo os alunos com necessidades educacionais especiais, definidos pelo Ministério de Educação como: Pessoas com deficiência;

Transtornos Globais do Desenvolvimento (Dislexia, TDAH, entre outras); Altas habilidades ou Superdotação.

Acreditamos, em perspectivas de ampliação do núcleo em termos de mais pessoas para trabalhar, bem como outras aquisições de tecnologias assistivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos neste breve estudo bibliográfico e nos diálogos com os agentes envolvidos, bem como nas experiências que a autora vivenciou e vivência que, embora haja consideráveis avanços no acervo legal, que conferem direitos à pessoa com deficiência, ainda, estamos distantes do cumprimento de fato destas leis.

Moreira (2012) diz que é possível refletir acerca da criação de políticas que facilitam as minorias, principalmente aquelas que são excluídas no acesso à educação superior devem vir acompanhadas com o intuito de que esses estudantes possam competir em igualdade em processos de seleção e admissão nesse nível de ensino. Propõe ainda que a diminuição das desigualdades que são historicamente conhecidas e a garantia de igualdade de oportunidades aos grupos marginalizados: mulheres, negros, indígenas e pessoas com deficiência, são algumas das atividades realizadas através de movimentos da sociedade civil, assim como a criação de políticas afirmativas de inclusão que englobem a escola e a universidade.

Diante do exposto, consideramos salutar que as universidades tanto na esfera pública quanto privada, promovam formação e sensibilização para os agentes envolvidos neste processo, inclusive, para as pessoas com deficiência, que em alguns estados brasileiros não encontram oferta de cursos capazes de atender às aceleradas mudanças e avanços tecnológicos, sobretudo os deficientes auditivos e visuais, que frequentemente são prejudicados com a falta de acessibilidade informacional nos ambientes educacionais e na vida fora dos espaços acadêmicos.

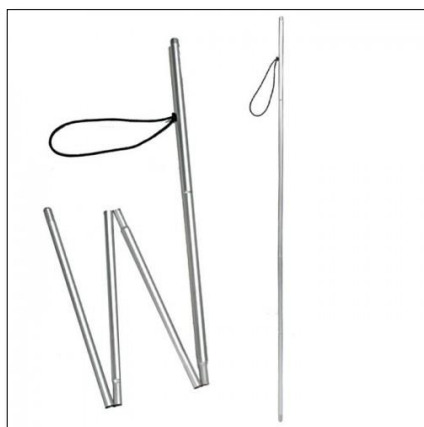
Neste sentido, a dificuldade de acesso ao material das aulas tem se constituído como um problema que é recorrente para os deficientes visuais. De

acordo com Delors (1999), a educação para o século XXI deve permitir que os indivíduos se vejam como participantes de uma sociedade, e que estejam sempre abertos a dialogar e a interagir com seus iguais em qualquer parte do mundo. Para isso, é preciso que todos tenham acesso à educação formal, de forma acessível e equânime. Para este pesquisador, é desejável que a escola venha a incrementar, cada vez mais, o gosto e prazer de aprender, a capacidade de aprender a aprender, além da curiosidade intelectual. Podemos, inclusive, imaginar uma sociedade em que cada um seja, alternadamente, professor e aluno (DELORS, 1999, p. 12).

Todavia, ainda, vemos a necessidade de que os núcleos de acessibilidade, adquiram tecnologias assistivas, a fim de melhor atenderem aos estudantes com deficiência, sobretudo, porque não raras às vezes estes não possuem condições financeiras para custear estes recursos, que quase sempre, têm valores majorados e a política de importação é frágil e insuficiente. Assim, estes materiais poderiam ser acessíveis por meio de empréstimo dentro das universidades.

Aqui, mencionaremos algumas tecnologias assistivas que consideramos essenciais para sanar as demandas existentes.

A bengala, que é um equipamento de alumínio, aço ou fibra de carbono, essencial para a locomoção de pessoas cegas ou com baixa visão.



Fonte: <http://ilhamed.com.br>

Display braile, que possibilita ao deficiente visual a leitura de textos, desenhos e gráficos táteis, por intermédio deste equipamento conectado a um computador ou celular.



Fonte: <https://store.freedomscientific.com>

Cadeira de rodas, a fim de atender à necessidade de locomoção de pessoas com deficiência física temporária ou permanente.



Fonte: <http://ilhamed.com.br>

Impressora braille, que com um computador instalado, é capaz de imprimir textos e gráficos através do sistema braille.



Fonte: <https://www.digitalbegotto.com.br>

Máquina de datilografia braile, que permite ao deficiente visual, escrever textos em braile com rapidez.



Fonte: <https://www.digitalbegotto.com.br>

Lupa: amplia o conteúdo imagético, possibilitando acesso às pessoas com baixa visão.



Fonte: <https://mundodalupa.com.br>

Por fim, a disponibilização de um notebook com leitor de tela ou teclados com colmeias dentro da sala de aula, indubitavelmente, traria muitos ganhos no tocante à autonomia das pessoas com deficiência.



Fonte: <https://www.lojaciviam.com.br>

Por mais que estas colocações possam parecer utópicas, acreditamos que somente desta forma teremos inclusão universitária de fato e de direito.

REFERÊNCIAS

Alencar, P.M.M. (2013). Acessibilidade no Ensino Superior: o caso da UFJF. Dissertação de Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

ALMEIDA, M. A. (Orgs.). Educação Especial inclusiva: legados históricos e perspectivas. pp. 287-302.

ALMEIDA, A.M.F; ERNICA, M. Inclusão e segmentação social no Ensino Superior Público no Estado de São Paulo (1990 2012). Educ. Soc., Campinas, v. 36, nº. 130, p. 63-83, jan.-mar., 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v36n130/0101-7330-es-36-130-00063.pdf> (6ª Aula 8/5)

ALMEIDA, T.F. Análise dos indicadores e políticas de inclusão escolar na Baixada Fluminense. 147f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEDUC), Seropédica, 2016.

Ansay, N. N. (2009). A trajetória de alunos surdos e sua relação com a inclusão no ensino superior (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

Battistella, J.; Lourenço, G.F. (2015). Proposta de construção de um banco de dados sobre alunos com deficiência na Universidade Federal de São Carlos. Relatório Científico de Pesquisa Acessibilidade no Ensino Superior. (Relatório de pesquisa). UFSCAR-São Carlos: OBEDUC/CAPES,.

BERSCH, Rita. Introdução à tecnologia assistiva. Porto Alegre: CEDI, 2008. Disponível em: <<http://proeja.com/portal/images/semanaquimica/2011-10-19/tec-assistiva.pdf>>. Acesso em 20 jul 2019.

Branco, A.P.S.C. (2015). Análise das condições de acessibilidade no Ensino Superior: um estudo com Pós-Graduandos. Dissertação de Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências, Bauru.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 12 out. 2008.

BRASIL. Lei 7853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina

a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.
Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm. Acesso em: 29 de jun. de 2019.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 10 jan. 2017.

Brasil. Portaria nº 3.284 de 2003, disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf> Acesso em: 09 de nov, 2016.

Brasil, Ministério da Educação, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2008,
Disponível em: <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, Acesso em 5 fev 2015

Brasil, Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 (2009, 25 de agosto). Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em

Brasil, Lei 12711/12 | Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012
Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/1032851/lei-12711-12>
Acesso em: 01 de jul de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa incluir: acessibilidade na educação superior. Documento orientador. Brasília, DF: SECADI/SESu, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12737-documento-orientador-programa-incluirpdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 16 jun. 2015.

CASTRO, S. F. de; ALMEIDA, M. A. Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras. Revista Brasileira de Educação Especial. pp. 179-194. v.20, n.2. Marília: 2014.

Ciantelli, A.P.C. (2015). Estudantes com deficiência na Universidade: contribuições da psicologia para as ações do núcleo de acessibilidade. Dissertação de Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências, Bauru.

Ciantelli, A.P.C.; Leite, L.P.; Martins, S.E.S.O. (2015). Inclusão no Ensino Superior: mapeamento e análise da matrícula de alunos com deficiência e/ou mobilidade reduzida na Unesp. In: Mendes, E.G.; Almeida,

M.A. (Orgs.), Educação especial inclusiva: legados históricos e perspectivas futuras (pp. 287-302). São Carlos: Ciantelli, A.P.C.; Leite, L.P.; Martins, S.E.S.O. (2016). Mapeamento de alunos com deficiência na Unesp. (Relatório Científico).

DELORS, J. Educação: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez, 1999. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590por.pdf>. Acesso em: 26 de out de 2013

DUARTE, E. R. et al. Estudo de caso sobre a inclusão de alunos com deficiência no ensino superior. Revista Brasileira de Educação Especial [online], v. 19, n. 2, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141365382013000200011>. Acesso em: 10 mar. 2018.

Guerreiro, E. M. B. R. (2011). Avaliação da satisfação do aluno com deficiência no Ensino Superior: Estudo de caso da USFCar (Tese de Doutorado em Educação Especial). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP. Recuperado de http://www.btdt.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado//tde_arquivos/9/TDE-2011-12-13T151403Z-4085/Publico/3990.pdf. Acesso em: 10 mar. 2018.

MOREIRA, L. C.; BOLSANELLO, M. A.; SEGER, R. G. Ingresso e permanência na universidade: alunos com deficiências em foco. In: Educar em Revista. pp.125-143. Curitiba: Editora UFPR, 2011.

Proiniciarcomunica Universidade do estado do rio de janeiro – sr1 – caiac – proiniciar; dezembro de 2013, nº 11. Reportagem: Maria Fátima de Mattos

SANTOS, S. A. Ações afirmativas e combate ao racismo nas américas. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2005.

WELLICHAN, Danielle da Silva Pinheiro; SOUZA, Camila da Silva. A inclusão na prática: alunos com deficiência no Ensino Superior. Revista online de Política e Gestão Educacional, [S.l.], p. 146-166, jan.2017. ISSN 1519-9029. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9786>>. Acesso em: 20 jun. 2019. doi:<https://doi.org/10.22633/rpge.v21.n1.2017.9786>.

SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SASSAKI, Romeu Kasumi. Inclusão. Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997. Souza, N.G.; Melo, F.R.L.V. (2012). Acessibilidade na UFRN: guia de orientações básicas, 1. Natal: EDUFRN.

SOUZA, K.S.M. A aprendizagem docente e a inclusão de cotistas em novos contextos na Universidade. Tese (Doutorado)- Universidade Federal de Santa Maria-Centro de Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, Rio Grande do sul, 2016.